

INDÍGENAS INTELECTUAIS E A PÓS-GRADUAÇÃO: UM DESAFIO PARA AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

GABRIEL SILVA BRAGA

Graduando em Ciências Sociais -Universidade Federal do Pará
Email gabriel.braga@ifch.ufpa.br

ANTÔNIO JOSÉ MARINHO AGUIAR NETO

Graduando em Comunicação Social / Jornalismo -
Universidade Federal do Pará
Email: netto.rionegro@gmail.com

DENISE MACHADO CARDOSO

Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e
Antropologia - Universidade Federal do Pará
Email: deniseantropologia@gmail.com

REVISTA ZABELÊ

DISCENTES PPGANT - UFPI

Resumo:

Os povos indígenas no Brasil historicamente reivindicam o acesso à educação em diferentes níveis. Na Universidade Federal do Pará, as políticas públicas de ações afirmativas foram conquistas que possibilitaram o acesso destas populações ao ensino superior pelo Processo Seletivo Especial (PSE). Neste sentido, completados 10 anos desta medida, o objetivo deste trabalho é saber quais foram os avanços ao longo desta década e entender como estas políticas contribuíram para fomentar a apropriação dos espaços acadêmicos, a fim de fomentar a participação de intelectuais indígenas em programas de pós-graduação. Para tal, utilizaram-se o levantamento bibliográfico para discussão teórica e a netnografia para realizar conversas com estes e estas discentes por meio do google meet, haja vista os impedimentos causados pela pandemia da Covid-19. Então, percebeu-se que a UFPA é espaço estratégico para avançar na inclusão destes povos no ensino superior; o crescente acesso à pós-graduação contribuem para que indígenas construam carreiras acadêmicas; e a necessidade de incentivo à prática científica mostra um caminho para que ocorram avanços neste sentido.

Palavras-chave: movimento indígena; ensino superior; ações afirmativas; políticas públicas; universidade.

INTRODUÇÃO

As universidades brasileiras possuem fundamental importância para o avanço da sociedade, produção de conhecimento e diálogo entre diferentes países em função das parcerias desenvolvidas a partir de projetos de pesquisas e programas de pós-graduação, porém são espaços ocupados historicamente por um público socioeconomicamente favorecido.

Este fator remete-se ao contexto inicial desta instituição, haja vista o caráter elitista nos diferentes períodos históricos desde o Império e a atua-

ção da Coroa Portuguesa em tentativa de instaurar os primeiros cursos voltados para os cuidados médicos no Brasil no século XIX até o período de redemocratização do país pós-ditadura militar (FÁVERO, 2006). Vale ressaltar que durante estes períodos a maioria da população estava em situação socioeconômica desfavorecida com pouco acesso à educação e a direitos fundamentais cuja efetivação ocorrem em maior grau atualmente.

Esta dura realidade colocou grandes enfrentamentos à população brasileira: povos indígenas enfrentavam (e ainda enfrentam) a constante invasão de terras, a dizimação de etnias e a necessidade de fugir para preservar suas vidas; quanto às pessoas negras, as dinâmicas eram fundamentadas pelo racismo, o qual foi responsável pela escravização e subalternidade em todos os contextos possíveis. O panorama destes dois agrupamentos sociais foi historicamente desenvolvido pelas desigualdades, o que os colocaram em condições de subsistência em comparação com os brancos.

97

Superar estas dificuldades é um desafio ainda não alcançado, pois o contexto da formação do Brasil é calcado em disparidades socioeconômicas e por concentração de renda nas mãos de poucos. Contudo, iniciativas institucionais acompanhadas pelo envolvimento dos movimentos sociais foram necessárias para diminuir as discrepâncias dentro da sociedade. Dentre estas medidas, destacam-se as ações afirmativas necessárias para inclusão de povos indígenas e pessoas negras no ensino superior.

A educação superior é parte da agenda de lutas destas populações em busca da equidade e da efetivação de direitos no país. Para tal, esta medida iniciou a partir da década de 2000 pelas instituições estaduais no Rio de Janeiro, onde a UERJ foi a pioneira até se expandirem para outras universidades, porém vale ressaltar que estas iniciativas se dividiam entre cotas (50% das vagas para dois públicos diferentes) e reserva de vagas, a qual é destinada para um percentual menor que 50% (PAULINO, 2008).

As ações nestas universidades mencionadas foram protagonizadas pelos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e pelos movimentos sociais até a aprovação da Lei de Cotas – Lei nº 12.711, de 2012 –, a qual institucionalizou as cotas com 50% em universidades federais. Porém, esta realidade não é homogênea: ainda em 2022, a Universidade do Estado do Pará (Uepa), por exemplo, ainda não possui cotas raciais. A lei supracitada possui prazo de revisão de 10 anos e será discutida em âmbito institucional em 2022, porém ainda se trata de um processo embrionário diante do passado escravocrata, colonizador e excludente no Brasil. Os desafios para as populações indígenas e negras ainda são muitos, contudo as articulações dos movimentos sociais são importantes para travar esta disputa.

NOVOS OLHARES NAS UNIVERSIDADES

O panorama apresentado coloca obstáculos construídos a partir da estrutura estatal sobre as universidades, as quais foram pensadas para um público específico. O ingresso de populações indígenas ainda é recente neste local, as quais protagonizaram lutas históricas para acessar este espaço a partir do debate central da educação e da importância das Instituições de Ensino Superior (IES) na construção de políticas públicas, além do peso político que estas fomentam.

A trajetória de indígenas advém da necessidade de apropriar-se dos conhecimentos acadêmicos em diálogo com os saberes tradicionais, a fim de utilizá-los nas lutas destes povos. A partir da década de 2000, as universidades cresceram em seu público e na oferta de vagas, tanto pública quanto privada, em que os povos indígenas inicialmente adentraram no contexto das IES privadas (PAULINO, 2008). Contudo, o debate crucial refere-se às IES públicas em função da excelência de qualidade, importância social e impactos positivos a nível nacional.

Na mesma perspectiva, ocorreram medidas para incluir povos indígenas nas IES públicas a partir das reservas de vagas. De acordo com Paulino (2008),

apesar de a UERJ ter sido pioneira na adoção de ações afirmativas para estudantes oriundos de escola pública, o estado do Paraná foi o primeiro a ter lei estadual com recorte étnico-racial a partir da lei nº 13.134, de 2001, para indígenas. Esta medida foi fundamental para influenciar as demais instituições estaduais e federais a aderirem a inclusão de indígenas junto ao debate de vagas para negros e negras.

Na Universidade Federal do Pará (UFPA), este ingresso foi efetivado a partir do Conselho Universitário, o qual aprovou a resolução nº 3.689/2009 para reserva de duas vagas na instituição para indígenas em todos os cursos de graduação (UFPA, 2009). Esta deliberação foi executada em 2010 a partir do Processo Seletivo Especial (PSE), que avalia os inscritos a partir de uma seleção diferenciada, a qual considera seu modo de vida, conhecimentos, dentre outros aspectos relevantes para a vivência indígena. Vale ressaltar que esta banca é composta por lideranças de etnias distintas, bem como de docentes com especialização no debate. Inseridos nesta organização, a própria presença estudantil e da Associação dos Povos Indígenas Estudantes da UFPA (APYEUFPA) mostram-se determinantes para o aprimoramento constante desta ação afirmativa, pois os novos estudantes são acompanhados de perto desde a seleção até a matrícula efetiva na UFPA.

99

APYEUFPA no Acampamento Levante pela Terra em Brasília em 2021 contra o PL 490



Foto: APYEUFPA, 2021 (Facebook).

Nesta nova etapa do cotidiano destes novos estudantes, os enfrentamentos são diversos para concluir a graduação. De acordo com Cardoso e Oliveira (2021), dentre estes impasses, o racismo e a permanência estudantil são cruciais para a continuação dos discentes nos respectivos cursos, haja vista a intolerância em função do seu modo de vida e o desafio para permanecer em um novo ambiente no que se refere aos aspectos financeiros. Estas situações são elementos a serem superados ao se pensar em uma universidade mais igualitária e longe de discriminações étnico-raciais.

Neste contexto, a temática deste artigo insere-se ao perceber os esforços realizados para a formação acadêmica de indígenas estudantes, em vista das dificuldades expressadas durante a formação. O acesso à universidade não se restringe apenas à graduação e à permanência, mas também à oferta de oportunidades para incentivar estes discentes a seguir em cursos de especialização, no mestrado e no doutorado. A partir dessas considerações, este trabalho visa compreender a participação de indígenas intelectuais na pós-graduação e as potencialidades emergentes no ingresso destes nestes espaços de conhecimento.

Esta pesquisa moldou-se em permanente construção com os discentes, em que foram entrevistadas sete indígenas de distintas áreas de estudos¹ e distintas idades – uma discente de doutorado do Programa de Pós-graduação em Antropologia (PPGA) e os demais da graduação. Para realizar estas entrevistas, utilizamos a netnografia como método, em função das complicações suscitadas pela pandemia de Covid-19. De acordo com Kozinets (2014), este método propõe-se a ser uma adaptação da etnografia em decorrência das imprevisibilidades dos contextos sociais no mundo contemporâneo. Outrossim, é “um

1Os entrevistados foram dos seguintes institutos: ICSA (Instituto de Ciências Sociais Aplicadas), ICJ (Instituto de Ciências Jurídicas), IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), ICS (Instituto de Ciências da Saúde), ITEC (Instituto de Tecnologia) e ILC (Instituto de Letras e Comunicação).

relato através de textos escritos, imagens, sons e vídeos da cibercultura online, que informa através dos métodos da antropologia cultural” (KOZINETS, 2014: 62), o qual se adequa às limitações dos encontros presenciais no período mais difícil de coronavírus. Em vista dessas considerações, utilizamos a plataforma Google Meet para realizar os encontros virtuais com os discentes.

Durante esta etapa, perceberam-se elementos importantes para o entendimento da literatura: não existe um incentivo contundente para a iniciação científica e participação em grupos de estudos e pesquisa, de acordo com um dos entrevistados.

Outrossim, de acordo com um dos estudantes, este fator de não estimular o prazer pela pesquisa está associado a um dos motivos pela pouca presença nos programas de pós-graduação da UFPA. Arelado a esta situação, destacam-se as iniciativas embrionárias de alguns programas em oferecer reserva de vagas para indígenas seguirem os estudos. Esta é uma importante medida cuja reivindicação foi apresentada como demanda das lideranças indígenas, pois é necessário a formação de intelectuais do próprio movimento para auxiliar nas lutas pelos direitos sociais.

101

ACESSAR A PÓS-GRADUAÇÃO: UM RECENTE AVANÇO DENTRO DA ACADEMIA

Para iniciar as discussões acerca desta temática, é necessário utilizar de conceito do que seria este intelectual indígena inserido no contexto debatido neste artigo, o qual considera a academia como lugar de conciliação entre os saberes tradicionais destes povos quando adentram este espaço e a gênese acadêmica a ser apropriada. Dessa forma, entende-se:

No Brasil, “intelectual indígena” é um conceito que tem emergido para designar, preferencialmente, os indígenas que conseguiram acessar as instituições de ensino nas mais diversas áreas do conhecimento e, a partir disso, se apropriar da escolarização como um instrumento de luta para reivindicar a seu povo reconhecimento e direitos que estejam alinhados a sua perspectiva de

mundo em harmonia com a natureza (RODRIGUES, 2019: 41).

É possível visualizar, de acordo com Rodrigues (2019), uma diversidade a respeito dos tipos de intelectuais indígenas existentes. Outrossim, vale ressaltar que a relação de intelectualidade entre os indígenas, segundo o autor, não se restringe exclusivamente a estar no espaço universitário, mas sim de que todos e todas podem contribuir de acordo com o que sabem. Estas conclusões tornam-se polêmicas, pois se apresenta a discussão sobre quem é produtor ou não de conhecimento; quais são os modelos aceitáveis; em linhas gerais, trata-se da ocidentalização do saber e desprezo por produções fora desse eixo por povos tradicionais.

Ao passo que a universidade é ocupada por estes atores sociais, esta lógica é subvertida com a dinâmica associada com novas formas de conhecimento, a qual é fruto de um empoderamento durante a graduação. Para tal, a articulação com os movimentos sociais, administração superior e APYEUFPA é fundamental como ferramenta para ampliação de direitos. Atualmente, existem processos específicos para discentes indígenas em poucos programas da universidade com reserva de vagas; os seguintes oferecem oportunidades para o público desta pesquisa: PPGHIS (Programa de Pós-Graduação em História), PPGSA (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia), PPGA (Programa de Pós-Graduação em Antropologia), PPGARTES (Programa de Pós-Graduação em Artes), PPGD (Programa de Pós-Graduação em Direito), PPGED (Programa de Pós-Graduação em Educação), PPGP (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) e PPGCP (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política).

Em 2019, o PPGSA (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) realizou de maneira pioneira no âmbito da UFPA, o primeiro Processo Seletivo Suplementar (PSS) do mestrado voltado especificamente para pessoas indígenas e quilombolas. Em 2021, o edital de seleção ampliou as vagas do mestrado e foram incluídas no doutorado neste processo seletivo especial.

O incentivo para construir carreira acadêmica é fruto de um processo coleti-

vo de enfrentamentos desde o início da vida na UFPA, onde se constroem redes de solidariedade entre estes estudantes para superar o racismo institucional, as dificuldades de permanência estudantil e as desigualdades advindas da educação básica, visto que não são todos que estiveram inseridos dentro de escolas indígenas.

O passo mais importante foi dado com a chegada dentro deste território novo para a vivência, mas que é fundamental como mecanismo de articulações nacionais para formar novos quadros do movimento indígena. Isto se refere a diversos ambientes em que se possa contribuir para a emergência destes na academia.

O intelectual indígena que chega à universidade, em geral emerge e atua nos movimentos, na organização e na afirmação étnica, na luta pelo reconhecimento social, político e cultural, pelos direitos básicos de viver na terra e ter respeitado suas territorialidades, por saúde e por educação. É um intelectual que alia o conhecimento próprio da sua cosmologia, mas que propõe e conduz diálogos interculturais importantes, inclusive pautando caminhos para a educação escolar, indígena e não indígena (BERGAMASCHI, 2014: 27).

103

Em diálogo com os apontamentos iniciais, o modelo de universidade conhecido atualmente segue um padrão colonizador, eurocêntrico e elitista. A presença de indígenas é um marco na tentativa de descolonizar os conhecimentos acadêmicos e abrir espaço para contribuições milenares destes povos, as quais são rejeitadas pela ciência ocidental. O acesso ao ensino superior na graduação é pauta histórica desses povos, porém o acesso à pós-graduação é limitado e caminha a passos lentos para se expandir e estar aberto a receber este público.

As pesquisas por intelectuais indígenas têm dado uma contribuição teórica e de procedimentos de uma outra episteme para, principalmente, a autobiografia e a autoetnografia sempre realizadas com a sustentação das memórias daqueles que viveram as histórias de confrontos, negociações e resistências na defesa de seus territórios, de suas ancestralidades, de suas cosmovisões e tradições (NASCIMENTO; VIEIRA; URQUIZA, 2020: 872).

É necessário, portanto, aprofundar as ações afirmativas no contexto do ensino superior na pós-graduação para agregar os povos indígenas nas produções de pesquisa de grande referência nacional e internacional, pois são onde as produções de novas sínteses são realizadas em aspectos pedagógicos, tecnológicos, dentre outros. Atualmente, existe a portaria normativa do Ministério de Educação e Cultura (MEC) nº 13, de maio de 2016, a qual estimula que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) criem políticas de cotas para a pós-graduação – esta chegou a ser revogada pelo MEC, na gestão do ministro Abraham Weintraub, em 2020, porém o ministério voltou atrás na decisão². Contudo, é um direito que precisa ser reafirmado e defendido constantemente, pois corre risco de ser retirado novamente até se tornar lei no Brasil.

Em busca de aprimorar os horizontes do que se entende por intelectuais, o senso comum possui como modelo corpos brancos elitizados, em que a figura indígena não se encaixa neste contexto. Por este motivo, é necessário se apropriar inicialmente de autorias indígenas, bem como incentivar a disseminação das produções destes atores sociais, como aliados dos movimentos indígenas sem tirar o protagonismo destes.

Atualmente, figuras indígenas famosas para a sociedade civil tornaram-se porta-vozes, seja com produções bibliográficas, seja com discursos em importantes espaços. Dentre estas, destaca-se Aílton Krenak, autor de obras famosas, como *Ideias para Adiar o Fim do Mundo* e *O Amanhã Não Está à Venda*, cujo sucesso intensificou durante o período da pandemia de Covid-19, visto que o autor trata sobre assuntos importantes acerca do uso de coisas materiais e aspectos de exploração do meio ambiente. Krenak (2019) enfatiza sobre relações entre colonizadores e povos indígenas; o livro em questão foi resultado de uma palestra ministrada na Universidade de Brasília (UnB):

Desde os tempos coloniais, a questão do que fazer com a parte da popu-

² Cf. G1 (2020).

lação que sobreviveu aos trágicos primeiros encontros entre os dominadores europeus e os povos que viviam onde hoje chamamos, de maneira muito reduzida, de terras indígenas, levou a uma relação muito equivocada entre o Estado e essas comunidades (KRENAK, 2019: 22).

Esta relação é criticada entre o movimento indígena, pois o próprio Estado se torna alheio ao que acontece na realidade indígena. Não à toa, o governo atual é criticado por conta de ações autoritárias perante o cenário internacional. Durante o mês de novembro de 2021, ocorreu a 26ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-26) em Glasgow (Escócia) com representações de diversos países para um encontro, onde houve discussões centrais sobre meio ambiente e as mudanças na Amazônia. Delegações do Brasil foram prestigiar e contribuir com o debate, inclusive importantes lideranças indígenas, como Sônia Guajajara, Glicéria Tupinambá e Célia Xakriabá, estiveram presentes (NUNES, 2021).

Dentre as citadas, enfatiza-se a importância teórica de Célia Xakriabá e sua produção acadêmica. A autora é mestra pela UnB e, atualmente, cursa doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela UFMG (JARDIM, 2019). É uma intelectual que alçou novos voos dentro de sua própria comunidade por ter sido a primeira mulher mestre na família. Correa Xakriabá (2018) defendeu a dissertação de mestrado intitulada '*O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*', em que demonstra a importância da educação diferenciada, o quanto a cultura e as dinâmicas internas da comunidade são fundamentais para o ensino-aprendizagem na escola indígena. Este tema versa sobre o direito histórico de formação de professores, pedagogos e gestores dentro da vivência indígena para intervir com qualidade na educação infantil.

Tais exemplos demonstram a importância de figuras que representam os movimentos indígenas nos seus estados e a construção a longo prazo de carreiras acadêmicas. Nesse sentido, uma importante discussão é

fundamental: os indígenas intelectuais que adentram nos programas de pós-graduação possuem o papel de tornar-se uma voz de suas comunidades para decolonizar a lógica dominante que impera nas universidades.

Conforme demonstra Rodrigues (2019), o entendimento sobre intelectuais indígenas possui outros entendimentos que são fomentados pelo próprio movimento indígena, assim como o papel destes ao adentrarem em programas de pós-graduação. Trata-se, nesse sentido, de uma subversão do padrão universitário: os indígenas detêm conhecimentos anteriores ao adentrarem no ensino superior, isto é, é uma intelectualidade que não é medida pela régua acadêmica. Por esse motivo, debate-se sobre a formação destes intelectuais acontecerem primeiramente dentro das lutas sociais dos povos indígenas, assim como da sua formação sociocultural, como são as duas grandes personalidades abaixo mencionadas.

Ailton Krenak



Foto: Itaú Cultural/Alexandre (ABC Focado em Você, 2021).

Célia Xakriabá



Foto: Célia Xakriabá/Arquivo Pessoal.

Certamente, as contribuições fornecidas pela própria trajetória do movimento indígena possibilitam a compreensão deste movimento realizado pelas lideranças, as quais ocupam paulatinamente as pós-graduações brasileiras. Observa-se este movimento com a Associação Brasileira de Indígenas Antropólogos (ABIA), uma importante movimentação realizada pelos indígenas que atuam na área da Antropologia cujo papel é fomentar debates para aprimorar os estudos centrais para os povos indígenas no Brasil.

Nesse sentido, as contribuições de Daniel Munduruku (2012) foram primordiais para o entendimento dos caminhos trilhados pelo movimento indígena até sua consolidação e visibilidade a nível nacional. Esses apontamentos são necessários para compreender as lutas contemporâneas dos povos indígenas.

O Movimento Indígena brasileiro foi sendo “gestado” ao longo de muito tempo para chegar à década de 1980 e apresentar uma proposta efetiva de participação nos rumos da política indigenista brasileira e, ainda, oferecer a esta mesma sociedade um novo olhar sobre o que os povos indígenas podem oferecer para o futuro do país (MUNDURUKU, 2012: 220).

Assim, é possível analisar o ingresso de intelectuais indígenas nas universidades brasileiras como um movimento contínuo a ser intensificado na medida em que as ações afirmativas avançam. Conforme mencionado anteriormente, a UFPA possui iniciativas localizadas para ingresso de intelectuais indígenas na pós-graduação, mas ainda de forma reduzida. Essa participação agrega novos valores às produções dos programas, bem como seu caráter, haja vista os saberes diferenciados que cada povo indígena traz consigo para sua atuação nas universidades.

Como ilustração do acerto destas políticas públicas implementadas na UFPA, em 07 de outubro de 2021, foi contratado o primeiro docente indígena para atuar na instituição, especificamente no Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ). O professor Almiros Martins Machado foi admitido por processo seletivo diferenciado para indígenas doutores cujo objetivo é a atuação como professor voluntário³.

O exemplo acima está contido nas diversas demandas suscitadas pelos povos indígenas como um acúmulo do que os movimentos discutem como estratégico para sua localização na população brasileira. As políticas públicas conquistadas até aqui provêm de enfrentamentos e resistências diante de um processo de genocídio sofrido historicamente, porém existem discussões ainda em curso para o aprimoramento das políticas voltadas para estes povos, sobretudo no eixo educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste contexto, a ação de estar nas universidades como pesquisadores e pesquisadoras (e não mais como objeto de pesquisa) é extremamente importante para os povos indígenas, pois significa estar alinhado à atualidade da produção científica no país. Esta iniciativa foi fundamental pelas ações afirmativas na graduação a partir da década de 2000 nas universidades estaduais do Rio de Janeiro e no estado do Paraná, as quais suscitaram o deba-

³ Cf. SOUZA (2021)

te a nível nacional de novos olhares na universidade. Paulatinamente, os povos indígenas ocuparam a graduação para formar discentes inseridos nos debates contemporâneos, a fim de ajudar a elaborar políticas públicas sob a égide dos protagonistas. A universidade ganhou perspectivas diferenciadas acerca do modo de produção atual, de como ocorrem as relações humanas.

Outrossim, após este ingresso, o debate se ampliou para acessar a pós-graduação de forma recentemente, de acordo com os apontamentos da bibliografia, as quais evidenciam a necessidade de mais pesquisas deste fenômeno. Os enfrentamentos na primeira etapa da academia na graduação são atravessados por dificuldades supracitadas, contudo, em diálogo com movimentos sociais, administração superior e articulação estudantil, é possível superar os impasses e enfrentar tais problemáticas.

Por fim, a formação desses intelectuais indígenas no seio da pós-graduação se mostra essencial para o fomento da decolonização das universidades. Como demonstrado, a formação dos indígenas intelectuais não se compreende nas universidades, mas sim a partir das vivências socioculturais e das lutas travadas em defesa de seus direitos nos movimentos sociais. Superar os enfrentamentos da ausência de incentivo à iniciação científica e o fomento a vida de pesquisador é certamente um entrave na continuidade dos estudos dos discentes graduandos, mas esse desafio será superado com a coletividade e as lutas pelo avanço das ações afirmativas nas universidades que compreendem mais um passo na história do movimento indígena.

109

REFERÊNCIAS

“Acampamento Levante pela Terra”. Brasília, DF, 29 jun. 2020, *Facebook*: APYEUFPA. Disponível em: <<https://www.facebook.com/apyeufpa/photos/1094895787586365>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BergamashiI, Maria Aparecida. “Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação”. *Tellus* (UCDB), v. 26; p. 11-29.2014. Disponível em: <<https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/297>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Cardoso, Denise Machado; Oliveira, Andreici Marcela Araújo de. “Desafios no Ingresso e Permanência de Indígenas na Graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA): 10 Anos de uma Política de Ação Afirmativa”. In: *20º Congresso Brasileiro de Sociologia, Anais Eletrônicos* [...]. n. 20, 2021, Belém. Disponível em: <https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoNToiYToxOntzOjE5OiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MjoiMjMiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiM2Q3ZmM3ZDdiYzZhZGYxYjJkZGNhMGlyYjBiZjM0YjQiO30%-3D&ID_ATIVIDADE=23>. Acesso em: 13 dez. 2021.

Correa Xakriabá, Célia Nunes. *O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Aatoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Cristiane de Assis Portela. 2018. 218p. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais – MESPT) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2018.

Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque. “A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968”. *Educar em Revista* [online]. 2006, n. 28, pp. 17-36. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

Jardim, Amanda. “Do inusitado à subversão: A escrita acadêmica de uma liderança Xakriabá como resistência intelectual”. In: *Anais do 43º Encontro Anual*

da ANPOCS. 21 a 25 de out. 2019, Caxambu, MG, 2019. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/spg-6/spg07-6>>. Disponível em: 13 dez. 2021.

Kozinets, Robert V. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.

Krenak, Ailton. *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

“MEC revoga portaria que acabava com incentivo a cotas para negros, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação”. *G1*, 23 jun. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/23/mec-revoga-portaria-que-acabava-com-incentivo-a-cotas-para-negros-indigenas-e-pessoas-com-deficiencia-na-pos-graduacao.ghtml>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

111

Munduruku, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo, Paulinas, 2012.

Nascimento, Adir Casaro; Vieira, Carlos Magno Naglis; Urquiza, Antônio Hilário Aguilera. “Protagonismo indígena na pós-graduação: descolonizando o currículo e o espaço universitário”. *Revista Espaço do Currículo*, v. 13, p. 866-873, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/download/54471/32527>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

“No Instagram do Itaú Cultural, Ailton Krenak comenta aspectos da Coleção Brasileira”. *ABC Focado em Você*, 20 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.abcdabc.com.br/abc/noticia/instagram-itaucultural-ailton-krenak-comenta-aspectos-colecao-brasiliana-131763>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

Nunes, Mônica. “Célia Xakriabá, Glicéria Tupinambá e Sônia Guajajara são ‘as verdadeiras líderes do clima’ em campanha nas ruas de Glasgow”. *Conexão Planeta*, 10 nov. 2021. Disponível: <<https://conexaoplaneta.com.br/blog/celia-xakriaba-gliceria-tupinamba-e-sonia-guajajara-sao-as-verdadeiras-lideres-do-clima-em-campanha-nas-ruas-de-glasgow/>>. Acesso em 13 dez. 2021.

Paulino, Marcos Moreira. *Povos Indígenas e Ações Afirmativas: O caso do Paraná*. Orientador: Prof. Dr. Roberto Leher. 2008. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2008.

Rodrigues, Uisllei Uillem Costa. *O Que Você Veio Fazer na Sala de Aula?: Intelectuais indígenas brasileiros e a educação*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

Souza, Jéssica. “UFPA contrata primeiro professor indígena admitido na Instituição por ações afirmativas”. *UFPA*, 07 out. 2021. Disponível em: <<https://www.portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/13054-ufpa-da-posse-ao-primeiro-professor-indigena-admitido-na-instituicao-por-acoes-afirmativas>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Ufpa. *Resolução N. 3.689 – CONSEPE*, 22 jun. 2009. Disponível em: <https://sege.ufpa.br/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2009/Microsoft%20Word%20-%203869.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.